

A memória e a comunidade na experiência da vulnerabilidade. O mural de Santo Domingo Sávio*

Sandra Patricia Arenas Grisales (Colombia)**

José César Coimbra (Brasil)***

Resumo

Este artigo aborda a criação de uma iniciativa de memória em Medellín, Colômbia: um mural com os nomes das pessoas assassinadas no bairro Santo Domingo Sávio. Analisa-se a relação entre as concepções de memória, comum e comunidade a partir de várias perguntas: o que acontece quando se decide lembrar dos assassinos no mesmo espaço das vítimas? Por que o reconhecimento é central na discussão pública sobre a memória? Há lutos legítimos e outros ilegítimos? Quais são as vidas que contam? Trata-se de uma análise feita a partir dos resultados de duas pesquisas de doutorado com ênfase nos conceitos de comunidade, memória e identidade. Conclui-se que para o caso do mural em Santo Domingo Sávio o comum para esse coletivo é a perda e a vulnerabilidade perante a violência, o que vincula os seus habitantes é menos uma identidade positiva que o reconhecimento da falta, a vulnerabilidade e enfrentar-se com a finitude que afeta a todos.

[95]

Palavras chave

Memória; Comum; Comunidade; Identidade; Reconhecimento; Medellín.

Data de recepção: fevereiro 2016 • **Data de aprovação:** abril 2016

Como citar este artigo

Arenas Grisales, Sandra Patricia e Coimbra, José César. (2016). A memória e a comunidade na experiência da vulnerabilidade: o mural de Santo Domingo Sávio. *Estudios Políticos*, 49, pp. 95-111. DOI: 10.17533/udea.espo.n49a05

* Artigo resultado das teses de doutorado em Memoria Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Brasil: *O que resta da adoção? O comum e o testemunho sobre a busca das origens*, defendida em 2013, e *Os vaga-lumes da memória: altares espontâneos e narrativas de luto em Medellín-Colômbia*, defendida em 2014.

** Bibliotecária. Mestre em Ciencia Política. Doutora em Memória Social. Professora Escuela Interamericana de Bibliotecología, Universidad de Antioquia Calle 70 No. 52-21, Medellín, Colombia. Correo electrónico: sandra.arenas@udea.edu.co

*** Psicólogo. Mestre em Teoria Psicanalítica. Especialista em Psicologia Jurídica e em Psicanálise. Doutor em Memória Social. Professor do curso de Especialização em Psicologia Jurídica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Correo eletrônico: arcoim@yahoo.com.br

La memoria y la comunidad en la experiencia de vulnerabilidad. El mural de Santo Domingo Sávio

Resumen

Este artículo aborda la creación de una iniciativa de memoria en Medellín, Colombia: un mural con los nombres de personas asesinadas en el barrio Santo Domingo Sávio. Se analiza la relación entre las concepciones de memoria, común y comunidad a partir de varias preguntas: ¿qué sucede cuando se decide recordar a los asesinos en el mismo espacio de las víctimas?, ¿por qué el reconocimiento es central en la discusión pública sobre la memoria?, ¿hay lutos legítimos y otros ilegítimos?, ¿cuáles son las vidas que cuentan? Se trata de un análisis hecho a partir de los resultados de dos investigaciones de doctorado con énfasis en los conceptos de comunidad, memoria e identidad. Se concluye que para el caso del mural en Santo Domingo Sávio lo común para ese colectivo es la pérdida y la vulnerabilidad frente a la violencia, lo que vincula a sus habitantes es menos una identidad positiva que el reconocimiento de la falta, la vulnerabilidad y enfrentarse con la finitud que los afecta a todos.

Palabras clave

Memoria; Común; Comunidad; Identidad; Reconocimiento; Medellín.

Memory and Community in the Experience of Vulnerability. The Commemorative Wall of Santo Domingo Savio

Abstract

This article describes the creation of a memory initiative in Medellín, Colombia: a commemorative wall with the names of the people murdered in Santo Domingo Savio's neighborhood. Based on this description, the authors analyze the relations among the conceptions of memory, common, and community, and call into question the consequences of commemorating the murderers in the same space of the victims. Why is recognition central for the public discussion on memory? Is there a legitimate and an illegitimate way of mourning? Which lives really matter? The analysis is carried out from the results of two doctoral researches with emphasis on the concepts of community, common and identity. The article concludes that in the case of the commemorative wall of Santo Domingo Savio, what is common to this group are the feelings of loss and vulnerability in facing violence. As a result, what relates the members of this territory is less a positive identity than the recognition of their losses as well as their common dealing with finitude and death.

Keywords

Memory; Common; Community; Identity; Recognition; Medellín.

Introdução

Na Colômbia, nos últimos anos, houve um processo lento de recuperação da memória do conflito armado. Esse processo é único no mundo, pois tendo o conflito sido iniciado há mais de seis décadas, ele ainda não terminou.¹ Os processos jurídicos pelas violações dos direitos humanos que daí derivam só agora apresentam seus primeiros resultados: as vítimas estão sendo reconhecidas e obtendo reparações do Estado; atos de violência emblemáticos para conhecer a verdade do que aconteceu e seus responsáveis são investigados.

Antes desse cenário, havia surgido na Colômbia múltiplas iniciativas de memória, geralmente patrocinadas por grupos de pessoas ou organizações de vítimas. Essas iniciativas eram formas de agenciar e fazer circular a dor e o sofrimento, transladando para a esfera pública os sentimentos que por anos permaneceram no âmbito privado (Grupo de Memória Histórica, 2009). É nessa memória da sobrevivência que podemos esquadrinhar as ações políticas dos sujeitos e da relação deles com a violência. Neste artigo descrevemos a criação de uma dessas iniciativas de memória na cidade de Medellín, um mural com os nomes das pessoas assassinadas no bairro Santo Domingo Sávio (ver foto 1). A partir dessa descrição, analisamos a relação entre as concepções de memória, comum e comunidade.

[97]

A iniciativa de memória objeto desta análise faz parte de uma pesquisa qualitativa que teve como objetivo: analisar as ações e as práticas culturais pelas quais os sujeitos reconstróem suas memórias em contextos de violência e identificar os usos políticos da memória, como resistência política nos espaços do cotidiano, do íntimo, familiar ou comunitário. O método usado foi o estudo de caso, devido ao seu foco no particular e por abordar o significado da experiência a partir da análise sistemática de um mesmo fenômeno (Yin, 2012). As técnicas usadas para obter informações foram a pesquisa documental e bibliográfica e a entrevista em profundidade com alguns dos criadores do mural e habitantes do bairro.

¹ Sobre o conflito armado na Colômbia são muitos os textos e os autores especializados. Sobre o tema, sugerimos a leitura de Adriana González Gil (2009) que consegue de maneira clara, sucinta e apoiada em uma extensa e cuidadosa bibliografia, apresentar as complexidades e implicações do conflito armado colombiano. Também recomendamos o Informe do Centro Nacional de Memoria Histórica (2013).

O texto está dividido em quatro partes: na primeira realizamos uma breve descrição do contexto de criação da iniciativa de memória, os conflitos vividos no bairro e na cidade de Medellín. Na segunda abordamos concretamente o processo de criação do mural, os debates produzidos entre seus criadores e os moradores do bairro, os processos de identificação e reconhecimento. Na terceira parte analisamos os trabalhos de luto e memória como possibilidade, ou não, de conformação de uma comunidade. Por último apresentam-se as conclusões. O texto não faz uma separação entre a apresentação do caso e o marco teórico e referencial, tentando criar assim um diálogo entre eles para dar relevância aos testemunhos dos entrevistados.

Foto 1. Mural em Santo Domingo Sávio, Medellín, Colômbia.



Fonte: realização própria.

1. Santo Domingo Sávio e os conflitos violentos em Medellín

Os primeiros habitantes de Santo Domingo Sávio, no setor nordeste de Medellín, chegaram ali na década de 1960. Eles viviam em condições precárias, não eram proprietários da terra e enfrentaram uma luta árdua para legalizar as propriedades e obter condições mínimas de subsistência. Na década de 1980, o aumento da ocupação ilegal e o crescimento da população no setor impactava significativamente a região. Simultaneamente, nesse período consolidou-se o poder do narcotráfico, identificado por alguns como a época em que as condições do bairro mudaram. O Cartel de

Medellín² vinculou suas atividades a jovens que moravam nesses bairros. Isso trouxe como consequência um aumento na delinquência e na criação de grupos dedicados a atividades ilícitas (González Vélez y Carrizosa, 2011). No entanto, o narcotráfico não era o único responsável pela violência. Na década de 1990 a cidade assistiu ao incremento da violência pela presença de milícias, que eram grupos armados organizados com objetivos de defesa e segurança dos moradores (Jaramillo, 1994), e organizações criminosas, algumas delas com sofisticados sistemas de operação e forte controle territorial (Alonso, Giraldo y Sierra, 2006). No novo século, tiveram presença os grupos paramilitares das Autodefesas Unidas de Colômbia, estando diretamente associados aos narcotraficantes que tomaram o controle do negócio após a morte de Pablo Escobar (Jaramillo, Ceballos y Villa, 1998; Martin, 2012).

As lutas pelo controle do território e os enfrentamentos entre os grupos deixaram como resultado um número considerável de mortes no bairro, tanto assim que o setor onde está localizado Santo Domingo Sávio, a Comuna 1, era considerado um dos territórios mais violentos de Medellín. Entre 1980 e 2010 a Comuna 1 ocupou o segundo lugar em registro de mortes violentas na cidade (Restrepo, Vélez y Pérez, 1997; Gil, 2009).

Durante a primeira década do século XX, o bairro experimentou transformações importantes, consequência de intervenções urbanas como o Metro Cable, sistema massivo de transporte, e o Parque Biblioteca Espanha. Por outra parte, também era propício o contexto para a negociação entre os diferentes grupos armados que agiam no bairro, devido aos processos de desmobilização, desarme e reincorporação à vida civil dos grupos paramilitares com presença em Medellín, promovidos pelo então presidente Álvaro Uribe Vélez (Alonso y Valencia, 2008).

[99]

2. A criação do mural no bairro Santo Domingo Sávio

Na parte posterior da igreja de Santo Domingo Sávio há um mural com mais de 380 nomes de pessoas assassinadas. Ele foi construído no mês

² O Cartel de Medellín era uma estrutura criminosa liderada por Pablo Escobar Gaviria que surge na década de 1980, tendo como atividade principal o narcotráfico. No entanto, o Cartel teve participação direta no conflito armado colombiano pela criação de grupos de autodefesa naquele período. Sua guerra contra o Estado colombiano, para evitar a extradição dos líderes do Cartel para os EUA, teve como consequência o incremento substancial da violência e das ações terroristas nas cidades. O Cartel corrompeu setores do governo, dos partidos políticos, das forças de segurança e da polícia no país. Com a morte de Pablo Escobar em 1993, o Cartel de Medellín não desaparece, só muda a chefia e a forma de agir, para se transformar na Oficina de Envigado (Salazar, 2001; Salazar e Jaramillo, 1992; Caycedo, 2012).

de outubro de 2005, por iniciativa do sacerdote Julián Gómez junto com moradores do bairro, desmobilizados do grupo paramilitar Cacique Nutibara e ex-milicianos.

Entre os nomes incluídos no mural estão os vizinhos que morreram em confrontos entre grupos armados, por balas perdidas, por cruzar fronteiras invisíveis, entre outras circunstâncias. Ali também estão escritos nomes de homens e mulheres que fizeram parte ativa desses grupos e que em alguns casos foram responsáveis pelo assassinato dos vizinhos.

A construção do mural teve o objetivo de fortalecer os vínculos de identificação debilitados pelos enfrentamentos entre as diversas facções armadas. Nesse processo apresentaram-se discussões sobre quem mereceria ser reconhecido como vítima e que vidas deveriam ser lembradas; sobre a possibilidade ou impossibilidade de reconhecimento do dano e a vulnerabilidade como elemento comum.

Mas o que seria ali ‘fortalecer os vínculos de identificação’? Há que se vislumbrar naquele momento duas vias que o processo de identificação, associado ao fortalecimento dos laços sociais, poderia assumir.

[100]

A primeira estaria pautada na constituição (ou consolidação) de um ‘eles’ contra o qual um ‘nós’ adviria a partir da identificação com um ‘terceiro’. Trata-se de uma identificação vertical, na qual tem destaque um líder inatingível, que, por isso mesmo, propicia a identificação. Por ser inatingível não seria preciso perder-se em disputas imaginárias sobre quem assumiria o lugar de liderança, sendo a oposição firmada simplesmente entre ‘bons’ (nós) e ‘maus’ (eles). Se esse líder não se mostrasse inatingível, a fratria estabelecida correria o risco de desaparecer ante disputas para definir aquele que teria o direito de ocupar o lugar de ‘líder’ (Vidal, 2008).

A segunda via parte do trabalho de inscrição no mural como propiciando um processo de identificação horizontal, no qual não se estaria dissolvido em um todo (bons ou maus), nem haveria o primado de um individualismo exacerbado (o bom ou o mau, o líder inatingível). Tratar-se-ia neste caso de reconhecer na tarefa comum de inscrever os nomes no mural uma chave que permitiria a identificação entre aqueles que estivessem voltados a esse empreendimento. Tomando de empréstimo as palavras de Paulo Vidal (2008), poderia ser dito que no grupo que se constitui a partir do objetivo da tarefa de inscrição, “o inimigo comum é antes de tudo um inimigo interno, que divide cada sujeito, que o leva a se perguntar quanto ao desejo que o habita” (s. p.).

O sacerdote Julián Gómez acreditava que a maneira de conseguir uma reconciliação dos moradores do bairro Santo Domingo Sávio era criar um pacto de não agressão entre os grupos armados e entre estes e os vizinhos. É importante esclarecer que a maioria dos integrantes desses grupos era de jovens nascidos no bairro, filhos, irmãos, amigos, colegas. Por isso o propósito da reconciliação, segundo o sacerdote, era criar novamente a ideia de comunidade, de família.

Na construção participaram jovens que faziam parte das atividades da igreja e alguns que pertenciam aos grupos armados, assim como familiares de pessoas assassinadas. Os jovens incluíram no mural tanto as pessoas que morreram assassinados pelos grupos armados, como os próprios integrantes desses grupos. Eles incluíram no mural os perpetradores dos crimes porque, em primeiro lugar, suas famílias levaram os nomes à igreja; em segundo lugar, os membros dos grupos armados que participaram da elaboração do mural quiseram incluir seus parceiros mortos, sem importar que fizessem parte dele representantes das milícias ou dos grupos paramilitares.

O mural tem na parte superior, com letras pretas, a frase “En honor a nuestras víctimas. Que no nos vuelva a pasar”. Essa frase foi dita por um dos participantes nas reuniões com os familiares das vítimas com o sacerdote Julián Gómez. Na parte inferior, também com letras pretas, está a frase “Haznos señor instrumentos de tu paz”. No centro há um desenho de três aves. Posteriormente, na parte superior do mural, foi colocado um Cristo de tijolo, com a frase “El rostro de Cristo son los pobres. Puebla”.

[101]

O lugar se transformou num espaço de comemoração. O mural não era só forma de expressão de um lamento, também era ação política, no sentido de que o mural demandava mudanças e reconhecimento do passado. Não obstante, a frase “para que no nos vuelva a pasar” escrita nele, deixava clara a responsabilidade social do fato de lembrar. Não se tratava ali apenas do passado que estava inscrito, era também uma ideia de futuro coletivo. O mural assinalava um horizonte ético ao demandar que esses fatos não deveriam acontecer de novo (Margry y Sánchez-Carretero, 2011; Santino, 2011).

Todavia, no mural faltam nomes. Das 700 histórias compiladas por Julián na igreja, 382 nomes foram inscritos no mural. Ao menos um dos entrevistados afirmou que alguns familiares entendiam que seus filhos não deveriam estar no mural junto com os membros dos grupos armados porque eles não eram criminosos. Essa recusa nos leva à pergunta: o que acontece quando alguém decide celebrar os assassinos no mesmo espaço das vítimas?

Sylvia Grider (2011) analisa altares espontâneos criados após assassinatos coletivos em Columbine, Virginia Tech e Northern Illinois University. Os casos têm em comum o fato de que, quanto aos altares, num momento determinado, alguém decidiu incluir os assassinos, resultando numa forte confrontação. Segundo a autora, antes de Columbine, não havia precedentes de comemoração desse tipo. A inclusão dos nomes dos atiradores ativou a discussão sobre as responsabilidades e o contexto social. Enquanto alguns afirmavam que os assassinos deveriam ser esquecidos, outros se perguntavam sobre o que levava os jovens a esses atos. Nesse caso o altar refletia os conflitos entre as distintas perspectivas: se num primeiro momento houve um tom conciliador, em seguida a polarização de posições foi predominante. Os altares, segundo Grider (2011), convidam a uma grande variedade de interpretações e na expressão dessas diferentes posições radica sua natureza política.

[102] Em Santo Domingo Sávio havia aqueles que não estavam de acordo com que se acrescentassem os nomes dos assassinos ao cenário de celebrações. Todavia, isso não foi tão dramático como o que ocorreu em Columbine (Grider, 2011). Em Santo Domingo Sávio, as pessoas discretamente apagavam os nomes de seus familiares do mural. Quanto a isso, contudo, os testemunhos deixam claro a forte controvérsia e a discussão gerada. Manifestar-se publicamente contra o mural não era fácil, o medo impunha-se nas relações com os grupos armados.

A partir do cenário acima, devemos considerar o valor político que tem o fato de apagar os nomes. Esse gesto simples manifestava uma posição em relação com o processo, demandando dignidade para a memória das vítimas e também colocando em discussão a possibilidade da reconciliação entre os vizinhos. Um só gesto, que poderia passar despercebido, questionou o processo, mas também o poder desses grupos. Era uma ação tática que estava consciente do desequilíbrio de poder, não se opondo publicamente ao processo de reinserção, mas fazendo uso de ações discretas para expressar-se (Scott, 2000).

O mural com nomes é uma representação efetiva, convincente e contundente do que Santo Domingo Sávio viveu como comunidade. A dimensão da tragédia está plasmada no mural com os nomes, no qual não há datas, nem circunstâncias, nem responsáveis, nem sequer um indício da história de vida de cada um dos que ali estão inscritos. O mural representa a dimensão do sofrimento e da perda para um coletivo. Ele revela a importância

do esforço por recuperar a memória do passado de violência, mas também as formas de reação e de resistência frente a essa situação.

O mural expressa também vontade de fazer algo para pôr limites, a urgência por dotar de sentido uma realidade que superava a capacidade de discernimento. Os significados do mural são múltiplos. A intensidade das emoções em lugar de mostrar um acordo sobre o passado, proporcionou a chave para entender os diversos significados da memória. Esses diversos significados expressam-se na disputa política pela definição desse passado, no qual se desenham a possibilidade ou impossibilidade do reconhecimento, da reparação e da dignidade das pessoas (Jimeno, 2010).

A violência prolongada por décadas destruiu as capas de confiança do coletivo. Kai Erikson (2011) afirma que a confiança é a conquista mais difícil e a mais frágil. O processo de reconciliação e perdão promovido pelo sacerdote Julián visava à reconstrução dessa confiança. Atividades esportivas e culturais na rua para retomar o espaço público, inclusão dos integrantes dos grupos armados em muitas dessas atividades, realização de obras sociais para o benefício do bairro, tudo isso compunha ações que buscavam recobrar essa confiança. Contudo, para os vizinhos resultava central que a verdade fosse dita, só assim seria possível recompor os laços sociais. Como afirma Erikson, reconhecer o dano é importante para sanar as feridas sociais. As situações traumáticas que destroem os vínculos sociais são aquelas provocadas por seres humanos que não reconhecem sua responsabilidade. Segundo Erikson, o que causa o dano não é a natureza do acontecimento, senão a maneira como as pessoas reagem a esses acontecimentos e o não reconhecimento do sofrimento do outro.

[103]

Por que no caso analisado aqui o reconhecimento seria central na discussão pública sobre a memória? Porque sem esse reconhecimento do dano, não seria possível elaborar o luto e construir uma memória sobre o vivido (Gondar, 2012). Em vários momentos Julián narrou situações de mães indignadas, profundamente chocadas pelo fato de que as pessoas responsáveis pela morte de seus filhos terem uma estreita relação com a igreja. Essas pessoas estariam ocupando espaços que eram cotidianamente habitados por aquelas mães e, assim, a manifestação pública de perdão não parecia ser possível. Isso aumentava a condição de vulnerabilidade em que se encontravam.

Como afirma Jô Gondar (2012), em sua leitura de Ferenczi, “[...] reconhecimento é, em primeiro lugar, o reconhecimento da vulnerabilidade

de um sujeito” (p. 202). Esse reconhecimento invoca o tema do perdão, caro também a Derrida, que reconhecia nesse gesto um ato político ímpar, tal como pode ser lido na entrevista concedida a Aliette Armel (2004): “Perdoar não é possível senão ali onde se perdoa o que é impossível perdoar [...]” (p. 22, tradução nossa). É nesse impossível que Derrida reconheceria a expressão de um pensamento político, isto é, aquele que cria novas condições de possibilidade, as quais não seriam dadas ou reconhecidas de antemão. Para ele, um pensamento político “não realiza senão o que os esquemas disponíveis fracassam em antecipar” (p. 22).

[104] Não podemos esquecer que o altar inclui tanto as vítimas como os algozes. O que significa que houve mães, irmãos, amigos, que inscreveram ali seus entes queridos apesar destes terem sido responsáveis pela morte de pessoas ou por cometer delitos e crimes. Eles também demandavam seu direito de fazer o luto e manifestar publicamente seu sofrimento pela perda. Essa perda acaba por nos mostrar que o comum entre os moradores de Santo Domingo Sávio era sua vulnerabilidade. Como afirma Judith Butler (2006), “la pérdida nos reúne a todos en un tenue nosotros” (p. 46). O comum nesse coletivo era a perda e a vulnerabilidade diante da violência, era sobre esse fundamento que Julián achava possível criar uma ideia de ‘nós’, aquilo que ele chamava a “família de Santo Domingo Sávio”. Quanto a essa família, poderíamos reconhecer nela a “comunidade afetiva” de Jimeno (2010) ou o “nós” de Butler (2006), bem como a “comunidade dos sem comunidade” de Bataille, sobre a qual escreveram Jean-Luc Nancy (2008), Maurice Blanchot (1983) e Giorgio Agamben (1993). Em todos esses exemplos, o que ligaria os seus integrantes seria menos uma identidade positiva do que o reconhecimento da falta que os tocava, a vulnerabilidade e a lida com a finitude.

Entre todas as pessoas que levaram flores e acenderam velas no mural havia familiares e amigos desses jovens. Que reflexão deveria suscitar um jovem que faz parte de um grupo armado e inscreve seus amigos ou parentes na lista de seus mortos? Há lutos legítimos e outros ilegítimos? Butler se pergunta diante de diversos casos de violência: quem contaria como ser humano? Quais são as vidas que contam? O que faz com que a perda de uma vida seja digna de ser pranteada? É sobre a base da perda que marca a todos que é possível formar um ‘nós’. Mas seria a vulnerabilidade de cada um de nós medida da mesma maneira?

Ao fazer a pergunta acerca de quem merece luto e de quem não o merece, quais vidas merecem ser choradas e quais não, o mural destacou as perdas como base para a construção de uma comunidade que poderia

até ser denominada de política. Se a violência tinha rompido os laços sociais, fazer público o sofrimento, e que o mesmo fosse reconhecido por todos, permitiria recompor o tecido social através da configuração de uma comunidade (Jimeno, 2010). Mas, o que seria o comum dessa comunidade?

3. O luto, a memória e o comum

Uma líder comunitária afirmava numa entrevista a um jornal local em 2006: “[el mural] era el recuerdo de una guerra pasada y en algo superada, en la que todos perdimos a alguien o algo, pero perdimos” (Henao, 2006). Nesta afirmação pode estar a chave para compreender a posição de Julián e de todos aqueles que incluíram seus amigos e familiares no mural.

O mural era uma oportunidade para dar sentido e orientação política ao luto coletivo. Inscrever os nomes de seus mortos, de todos seus mortos, era reconhecer e identificar o sofrimento próprio no rosto do outro. A expressão pública desse sofrimento que lhes era comum apagava as relações de poder e coação e os igualava a todos numa mesma posição.

Butler (2006) sublinhou a importância de atentarmos para o fato de que nossa vida é indissociável da dos outros. Derivaria daí que a vida nos demandaria habilidade para narrar a nós mesmos a partir de uma posição que não a própria, mas a de um terceiro. Podemos nos indagar se o mural de Santo Domingo Sávio não nos coloca a exigência dessa perspectiva, do terceiro, a partir da qual nossa narrativa sobre nós mesmos seria sensivelmente modificada.

[105]

As negociações e disputas, inscrições e apagamentos, a escolha por deixar ou não os nomes ali, os conflitos que se dizem nesses movimentos, conotam a relação com o outro e as exigências que se originam desse horizonte. Não seria, por fim, nossa vulnerabilidade e a perda que aí está implicada o que se destacaria do cenário no qual Julián nos faz ingressar? Não seria ainda, como Butler (2006) enfatiza, a tarefa de luto que permitiria a constituição de uma comunidade?

E o que podemos entender por luto? Butler (2006) afirma que o “luto tem a ver com a concordância de sofrer uma transformação, cujo resultado não se sabe de antemão” (p. 21) e que “o luto contém a possibilidade de apreender um modo de desposseção que é fundamental para quem eu sou” (p. 28). Aqui, é essa desposseção que se apresenta como perspectiva do terceiro mencionada acima.

Sem que se queira colocar em xeque a distinção entre vítima e algoz, o mural de Santo Domingo Sávio inegavelmente constitui um campo próprio que tenderia a se localizar na margem dessas distinções, ainda que sua existência revele os conflitos e posições que se distribuem entre esses dois 'lados'. Esse 'colocar-se à margem' assinalaria uma brecha pela qual poderíamos conceber de que forma uma comunidade poderia ter vez ali. Como Butler (2006) já se interrogou: "A que custo estabeleci o familiar como critério pelo qual uma vida humana é pranteada?" (p. 38).

Ao nos confrontarmos com o outro que a inscrição no mural propicia, abre-se uma margem na qual um comum constitui-se (estar no mural), subvertendo a ideia usual do que seja familiar, já que algozes e vítimas estão ali. Naquele espaço é a dimensão de perda que tocara a todos. O familiar não seria o meu próximo, mas a vulnerabilidade que me liga a outrem. Essa "concordância em sofrer uma transformação" que Butler associa ao luto, implica igualmente uma concepção de sujeito que o tome na sua evanescência, sem pontos demasiadamente fixos de identificação (o bom e o mau, por exemplo). Desse modo, reconhece-se no sujeito a dimensão de figura, máscara, fábula, representação: nada, portanto, que se traduza por substância ou posição dada de antemão (James, 2002). Isto é, nada que se conforme a uma ideia de identidade que se revele de tal modo acabada ou certa que inviabilize o deslocamento para a posição de terceiro, conforme a aceção de Butler.

[106]

As análises de Nancy (2008) acerca da comunidade e de sua antinomia quanto a certezas identitárias podem nos ser de valia aqui. A comunidade em Nancy caracteriza-se exatamente pela relação entre um 'em comum' e outro "não absorvido em uma substância comum" (p. xxxviii). Portanto, seria em torno da falta de identidade que se prenuncia dessa formulação que Nancy concebe sua comunidade. É essa falta de identidade que instauraria a possibilidade de encontro com o outro, entre vítima e algoz, por exemplo. É o que Agamben denomina de comunidade *inessencial* (Agamben, 1993, p. 22). Quanto ao mural, estar inscrito ali implicaria esse aspecto de dissolução da identidade (ou da subjetividade) no qual o traço comum seria a perda que a morte proporcionaria e não mais exclusivamente as oposições entre vítima e vitimário.

O comum, nessa esteira, aponta para um tipo de dissolução da identidade, o que também aparece em Nancy como expressão para o testemunho. Testemunhar seria atestar a falta de identidade que me habita (Fynsk, 2008, p. xviii). Agamben (2008) aponta para algo nessa direção,

quando afirma que o verdadeiro testemunho é sempre vicário: a testemunha fala por aquele que não pode mais falar, por ter sucumbido. O sobrevivente fala por aquele que morreu no campo de concentração, por aquele que teve a verdadeira experiência da finitude, mas que, por isso mesmo, já não pode falar sobre isso.

Roberto Esposito (2007) frisa essa ideia da comunidade como lugar de dissolução da identidade, em posição equivalente à de Nancy. Para Esposito, a descontinuidade entre 'comum' e 'próprio' é o que de mais importante devemos reter ao pensarmos sobre comunidade. Em suas palavras, "a comunidade [está] vinculada não a um mais e sim a um menos de subjetividade" (p. 18). Subjetividade, identidade, pontos de identificação fixos... Esposito cria uma linha entre essas noções a fim de se distanciar dela. Ou seja, é por essa via que Esposito dissocia a ideia de comunidade de um princípio identitário comum. É por essa via igualmente que poderíamos notar as forças em jogo no mural e que se irradiam a partir dele como possibilidades de estabelecimento comunal. O comum seria o despojamento da identidade que a comunidade suscitaria ou, mais uma vez nas palavras de Esposito: "Se o sujeito da comunidade não é mais o 'mesmo', será necessariamente um 'outro'. Não um outro sujeito, mas uma cadeia de alterações que não se fixa nunca em uma nova identidade" (p. 18).

[107]

Poderíamos indagar então: o que seria um comum que não se recobriria pelo sentido do idêntico? Possivelmente, uma "[...] 'comunidade' sem origem comum", tal como escreveu Nancy (2000, p. 23), na qual "[...] o que está faltando é exatamente a origem comum do comum" (p. 25). No Mural de Santo Domingo Sávio, é a falta da 'origem comum do comum' aquilo que permitiria em um mesmo espaço a inscrição daqueles que, na realidade, teriam tido, em princípio, representações sociais absolutamente distintas. Não se trata, por fim, de apagar as diferenças, mas de reuni-las em uma comunidade.

Vislumbrar o campo assim ofereceria um sentido inaudito à palavra *comum*. Ao desdobrar o comum desse modo, abrem-se linhas novas de associações possíveis. Um diálogo a partir da diferença, um encontro marcado pela distância, um possível que teria como pano de fundo o impossível. Como escreveu Esposito (2007):

[...] o ser da comunidade é o afastamento, o espacejamento, que nos relaciona com os outros em um comum não-pertencimento. Numa perda de si mesmo que não chega nunca a se transformar em 'bem'

comum: comum é apenas a *falta*, não a posse, a propriedade, a apropriação (p. 19, grifo nosso).

Ao perdermos qualquer esperança de um nome próprio a ser compartilhado, de uma essência que nos identifique, seja vítima ou sicário, é nesse ponto que “a comunidade [...] se torna toda comum, sem barreiras identificáveis, raciais ou de outro tipo, que correspondem, ao contrário, à lógica da ideia, do discurso da ideia, ou à *ideo-logia*” (Tarizzo, 2007, p. 34-35). O único comum, aqui, seria apenas a falta, o não pertencimento, a vulnerabilidade, tal como sintetizado por Esposito e por todos os demais autores mobilizados neste escrito.

Considerações finais

Os processos de luto, morte e lembrança são culturalmente constituídos e socialmente compartilhados, expressando uma diversidade de valores sociais e significados culturais. Em nosso caso, o mural com os nomes de Santo Domingo Sávio problematiza a separação entre o sofrimento da pessoa diretamente afetada e o sentimento de luto coletivo; entre memória individual e memória coletiva; entre privado e público.

[108]

Ao criar o mural aquelas pessoas encontraram uma maneira de fazer pública sua dor, criaram uma narrativa de luto que buscava dar às emoções um espaço na esfera pública. A consideração da morte como injusta, o sentimento de vulnerabilidade compartilhado por todos, faz com que essa memória que se constrói após a morte violenta não fale tanto do indivíduo que sofre a perda como também dos outros, de um sentimento que liga uns aos outros.

Os rituais de luto, como formas de memorialização e de comemoração, dão lugar à formação de comunidades que têm em comum a identificação pela via da vulnerabilidade. É nesse sentido que as associações feitas por Butler entre luto e depossessão ou luto e transformação são de valia na investigação realizada. Trata-se de valorar o luto não no que ele demarcaria os pontos precisos de uma identidade, mas, diferentemente, naquilo que permitiria reconhecer a vulnerabilidade de cada um de nós.

É nessa vulnerabilidade que podemos reconhecer um dos nomes do ‘comum’, lugar de identificação horizontal, ideia de “nós” ou de “terceiro” que espelha o que reiteradamente mostra-se fora de um ‘si mesmo’, ‘indivíduo’, ‘eu’.

Como foi visto, a formação dessa comunidade não está isenta de conflitos. A possibilidade ou não da criação dela está no centro do debate. A memória como espaço de lutas para narrar o passado e definir o futuro também revela os conflitos por definir o “nós”, quem merece ser lembrado e quem não, o que deve ser lembrado e o que deve ser silenciado; que narrativas podem ser expressas e quais não.

Referências bibliográficas

1. Agamben, Giorgio. (1993). *A comunidade que vem*. Lisboa: Presença.
2. Agamben, Giorgio. (2008). *O que resta de Auschwitz o arquivo e a testemunha: homo sacer III*. São Paulo: Boitempo.
3. Alonso Espinal, Manuel; Giraldo R., Jorge y Sierra, Diego. (2006). Medellín el complejo camino de la competencia armada. En: De Gamboa, Camila (ed.). *Justicia Transicional: teoría y praxis* (pp. 435-465). Bogotá: Universidad del Rosario.
4. Alonso Espinal, Manuel y Valencia, Germán. (2008). Balance del proceso de Desmovilización, Desarme y Reinserción (DDR) de los bloques Cacique Nutibara y Héroes de Granada en la ciudad de Medellín. *Estudios Políticos*, 33, Instituto de Estudios Políticos, Universidad de Antioquia, pp. 11-34.
5. Armel, Alette. (2004). Du mot à la vie: un dialogue entre Jacques Derrida et Hélène Cixous. *Le Magazine Littéraire*. 430, p. 22. Recuperado de <http://bit.ly/1LNqXiU>
6. Blanchot, Maurice. (1983). *La communauté inavouable*. Paris: Les Éditions de Minuit.
7. Butler, Judith. (2006). *Vida precaria: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós.
8. Castro Caycedo, Germán. (2012). *Operación Pablo Escobar*. Bogotá, D. C.: Planeta.
9. Erikson, Kai. (2011). Trauma y comunidad. En: Ortega Martínez, Francisco (ed.). *Trauma, cultura e historia: reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio* (pp. 63-84). Bogotá, D. C.: Universidad Nacional de Colombia.
10. Esposito, Roberto. (2007). Niilismo e comunidade. En: Paiva, Raquel. *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social* (pp. 15-30). Rio de Janeiro: Mauad X.
11. Fynsk, Christopher. (2008). Experiences of finitude. En: Nancy, Jean-Luc. *The Inoperative Community* (pp. vii-xxxv). Minneapolis: University of Minnesota.
12. Gondar, Jô. (2012). Ferenczi como pensador político. *Cadernos de Psicanálise*, 34 (27), pp. 193-210. Recuperado de <http://bit.ly/19dRCh3>
13. González Gil, Adriana. (2009). *Viajeros de ausencia: desplazamiento forzado y acción colectiva en Colombia*. (Tese inédita doutorado), Universidad Complutense de Madrid.
14. González Vélez, María Eugenia y Carrizosa Isaza, Catalina. (2011). Entre la planeación urbana, la apropiación del espacio y la participación ciudadana. Los

pactos ciudadanos y el Parque Biblioteca España de Santo Domingo Sávio. *Estudios Políticos*, 39, Instituto de Estudios Políticos, Universidad de Antioquia, pp. 117-140.

15. Grider, Sylvia. (2011). Memorializing shooters with their victims. Columbine, Virginia Teach, Northern Illinois University. En: Margry, Peter Jan y Sanchez-Carretero, Cristina (eds.). *Grassroots Memorials: The Politics of Memorializing Traumatic Death* (pp. 108-142). New York: Berghahn.

16. Gil Ramírez, Max. (2009). *Paramilitarismo y conflicto urbano: relaciones entre el conflicto político armado nacional y las violencias preexistentes en la ciudad de Medellín: 1997-2005*. (Tesis inédita de maestría), Universidad de Antioquia, Medellín.

17. Grupo de Memória Histórica. (2009). *Memorias en tiempo de guerra. Repertorio de iniciativas*. Bogotá, D. C.: Puntoaparte.

18. Henao, Paola. (2006, 2 de julio). Santo Domingo Savio no está pintado en la pared. *El Colombiano*. p. 12A.

19. James, Ian. (2002). The Persistence of the Subject: Jean-Luc Nancy. *Paragraph: A Journal of Modern Critical Theory*, 25 (1), pp.125-141. Recuperado de <http://www.jstor.org/stable/43263679>

20. Jaramillo, Ana, María; Ceballos, Ramiro y Villa, Marta. (1998). *En la encrucijada: Conflicto y cultura política en el Medellín de los noventa*. Medellín: Corporación Región.

21. Jaramillo, Ana María. (1994). *Milicias populares en Medellín: entre la guerra y la paz*. Medellín: Corporación Región.

[110]

22. Jimeno, Myriam. (2010). Emoções e política: A vítima e a construção de comunidades emocionais. *Mana*, 16 (1), pp. 99-121.

23. Margry, Peter Jan y Sanchez-Carretero, Cristina (eds.). (2011). *Grassroots memorials: the politics of memorializing traumatic Death*. New York: Berghahn.

24. Martin, Gerard. (2012). *Medellín tragedia y resurrección. Mafia, ciudad y Estado 1975-2012*. Medellín: Planeta, Alcaldía de Medellín.

25. Nancy, Jean-luc. (2000). *Being Singular Pluriel*. Stanford: Stanford University.

26. Nancy, Jean-Luc. (2008). *The Inoperative Community*. Minneapolis: University of Minnesota.

27. Restrepo, William; Vélez, Juan Carlos y Pérez, William. (1997) *Violencia homicida en Medellín, 1986-1996*. Medellín. Manuscrito inédito.

28. Salazar, Alonso. (2001) *La parábola de Pablo*. Bogotá, D. C.: Planeta.

29. Salazar, Alonso y Jaramillo, Ana María. (1992). *Medellín: Las subculturas del narcotráfico*. Bogotá; D. C.: CINEP.

30. Santino, Jack. (2011). Between Commemoration and Social Activism: Spontaneous Shrines, Grassroots Memorialization, and The Public Ritualsque in Derry. En: Margry, Peter Jan y Sanchez-Carretero, Cristina (eds.). *Grassroots memorials: the politics of memorializing traumatic death* (pp. 97-107). New York: Berghahn.

31. Scott, James. (2000). *Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos*. México: Era.

32. Tarizzo, Davide. (2007). Filósofos em comunidade: Nancy, Esposito, Agamben. En: Paiva, Raquel (ed.). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social* (pp. 31-62). Rio de Janeiro: Mauad X.

33. Vidal, Paulo. (2008, 24-27 de noviembre). *Sozinho, mas não sem os outros*. III Encontro Nacional de Pesquisadores em Filosofia e Psicanálise. "Psicanálise e Sociedade". Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Recuperado de <http://bit.ly/1QMGMW1>

34. Yin, Robert. (2012). *Applications of Case Study Research*. Los Angeles: SAGE.